



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

LEGISLATURA 2021/2024
BIÊNIO 2023/2024

MESA DIRETORA

Nelson Lichtenheld - PTB
Presidente

Sergio Angeli Lago - PDT
Vice-Presidente

Jefferson Rodrigues - PDT
Secretário

Luzinete Degasperi Leppaus - PTB
Tesoureira

PLENÁRIO

Deucimar Romagna - PTB

Dorgival Batista Filho - PSB

Romi Carlos Facco Muller - PDT

Rosimar Jose Lahas - CIDADANIA

Valdemiro Barth - PSDB

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.315/2009 E NO § 3º DO ARTIGO 113 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ACRESCENTADO PELA E.L.O.M. Nº 008/2009, TRAZ AO CONHECIMENTO PÚBLICO QUE FORAM PRATICADOS OS SEGUINTE ATOS:

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº. 010/2024

NOMEIA O AGENTE DE CONTRATAÇÃO E OS AGENTES DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES, DISPENSAS ELETRÔNICAS E CONTRATAÇÕES DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina – Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o servidor Vinícius Fonseca Leão, para exercer a função de Agente de Contratação, a fim de conduzir os atos das licitações, dispensas eletrônicas e contratações.

§ 1º O servidor Wagner Lauretti Gonçalves, atuará como Agente de Contratação, nas ausências ou afastamentos legais do titular servidor Vinícius Fonseca Leão.

§ 2º Nas licitações na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame é designado Pregoeiro.

Art. 2º Ficam nomeados os servidores Ana Paula Silveira Silva e Wagner Lauretti Gonçalves, para exercerem a função de Agente de Comissão de Contratação e Apoio.



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

§ 1º Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições, neste caso, atuarão como Equipe de Apoio, ou substituí-lo, atuando como Comissão de Contratação, nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a **Portaria de Nº. 122/2023**, de 10 de novembro de 2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 23 de janeiro de 2024.

NELSON LICHTENHELD
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº. 011/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina – Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica aprovada a **Instrução Normativa SFI - Nº 001/2024**, de responsabilidade da Diretoria Financeira, Presidência e Servidor designado por portaria. – Unidade Executora da Câmara, dispõe sobre os procedimentos e normas para a concessão e prestação de contas de adiantamento (suprimento de fundos) no Poder Legislativo Municipal de Santa Leopoldina/ES.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 23 de janeiro de 2024.

NELSON LICHTENHELD
Presidente da Câmara

INSTRUÇÃO NORMATIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 001/2024

Dispõe sobre os procedimentos e normas para a concessão e prestação de contas de adiantamento (suprimento de fundos) no Poder Legislativo Municipal de Santa Leopoldina/ES.

Versão: 01

Aprovação em: 24 de janeiro de 2024

Ato de Aprovação: Portaria nº. 011/2024

Unidade Responsável: Diretoria Financeira e Contábil

TÍTULO I **DO OBJETO**

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta as normas e procedimentos de Controle Interno para a concessão e prestação de contas de adiantamentos a serem observados pelo Diretor Financeiro e Contábil, Presidente da Câmara e Servidor designado responsável pelo adiantamento.

TÍTULO II **DA ABRANGÊNCIA**

Art. 2º A presente Instrução Normativa abrange em especial a Seção de Apoio Financeiro (servidor designado), Diretoria Financeira e Contábil e o Presidente da Câmara.

TÍTULO III **DOS LIMITES**

Art. 3º O ato de concessão de suprimento de fundos, para todos os casos de aplicação de suprimento de fundos regulados pelo



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, fica limitado a:

- I. para obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do valor estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei;
- II. para outros serviços e compras em geral, 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei.

§ 1º. A cota a que se refere o "caput" deste artigo será dividida em parcelas de acordo com a necessidade da Câmara, que não sejam superiores a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada solicitação.

§ 2º A parcela somente poderá ser renovada após a prestação de contas da retirada anterior;

§ 3º Os saldos não aplicados deverão ser recolhidos ao Diretor Financeiro e Contábil da Câmara, juntamente com a prestação de contas no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua retirada.

Art. 4º Fica estabelecido, como limite máximo de despesa de pequeno vulto, o percentual de 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no inciso I do art. 3º desta IN, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, no caso de obras e serviços de engenharia, e de 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no inciso II do art. 3º desta IN, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, no caso de outros serviços e compras em geral.

§ 1º O ato de concessão de suprimento de fundos poderá conter mais de uma despesa de pequeno vulto, obedecidos os limites estabelecidos neste artigo.

§ 2º Os gastos realizados por meio de suprimento de fundos para objetos de mesma natureza deverão ser somados aos casos de dispensa de licitação, para fins de verificação dos limites de despesa em contratações diretas regulamentadas pelo art. 75 da

Lei nº 14.133, de 2021, sendo vedado o fracionamento de despesa.

§ 3º Excepcionalmente, poderão ser concedidos suprimentos de fundos em valores superiores aos fixados nesta IN, para atender necessidade de viagens para a Presidência desta Câmara, desde que haja justificativa formal quanto à necessidade e a critério do Presidente da Câmara Municipal.

TÍTULO IV DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

- I. **Adiantamento:** constitui-se num regime excepcional que busca equacionar a realização de despesas miúdas e de pronto pagamento e de outras que pela natureza e peculiaridade não possam ser atendíveis por via bancária;
- II. **Suprimento de Fundos:** termo utilizado na Administração Pública como sinônimo de Adiantamento;
- III. **Despesa de pequeno vulto:** Entende-se por despesas de pequeno vulto aquelas cujo valor seja igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 3º desta IN.
- IV. **Comprovantes de despesa:** são documentos aptos a comprovar a realização da despesa por adiantamento, tais como: nota fiscal, nota fiscal simplificada, recibos, faturas dentre outros correspondentes;
- V. **Processo de prestação de contas:** documentos agrupados, organizados e autuados num único maço nos termos desta instrução normativa que compõem a prestação de contas;
- VI. **Processo de despesa:** conjunto de documentos e procedimentos formado pela nota de empenho, nota liquidação e ordem de pagamento;



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

VII. Cota: Parte do valor total destinado ao adiantamento.

TÍTULO V DA BASE LEGAL

Art. 5º A Presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações:

- I.** Lei nº 4.320 - de 17 de março de 1964;
- II.** Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- III.** Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- IV.** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e
- V.** Demais legislações pertinentes ao assunto.

TÍTULO VI DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º É responsabilidade do Chefe do Poder Legislativo Municipal:

- I.** Autorizar funcionário através de portaria, a gerir os recursos provenientes do suprimento de fundos para pagamento das pequenas despesas que se fizerem necessárias;
- II.** Aprovar a prestação de contas de adiantamentos.

Art. 7º É responsabilidade do Servidor do Legislativo responsável pelo adiantamento:

- I.** Cumprir as determinações desta Instrução Normativa e Legislações pertinentes ao assunto;
- II.** Receber, conferir e arquivar a prestação de contas de adiantamento juntamente com o processo de despesa;
- III.** Realizar prestação de contas dos adiantamentos sob sua responsabilidade no prazo máximo de até 60 (sessenta dias) contados a partir da data de sua liberação;

IV. Nos casos em que não houver tem hábil para o decurso do prazo previsto no inciso III, a prestação de contas terá que ocorrer em prazo menor;

V. Realizar a devolução de saldos não utilizados;

VI. Atender as despesas que se enquadram no regime de adiantamentos.

Art. 8º É responsabilidade do Diretor Financeiro e Contábil da Câmara:

- I.** Analisar e conferir a prestação de contas confrontando a relação discriminatória com os comprovantes de despesas;
- II.** Verificar se a prestação de contas está de acordo com o processo de despesa;
- III.** Verificar se a prestação de contas está de acordo com as determinações desta instrução normativa;
- IV.** Emitir declaração de anuência com cada prestação de contas realizada.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 9º. O Presidente da Câmara, através de Portaria, designará um Servidor do Legislativo para gerir os fundos do adiantamento submetendo-se às responsabilidades descritas nesta Instrução Normativa.

Art. 10. Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento restringir-se-ão aos casos previstos nesta instrução normativa.

Art. 11. O adiantamento será empenhado à conta do elemento de despesa próprio, em nome do servidor suprido, declarando-se a que finalidade na parte destinada à especificação da despesa.

Art. 12. Os tomadores de adiantamentos deverão aplicar rigorosamente cada suprimento em despesas compatíveis com



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

a classificação orçamentária, indicado pelo processo de empenho, sendo vedada aplicação de recursos em fins estranhos ao que se destina.

Art. 13. Poderá receber adiantamento somente o Servidor designado para tanto.

Art. 14. As despesas realizadas mediante adiantamentos deverão demonstrar:

- I.** o pequeno vulto;
- II.** o caráter excepcional da aquisição;
- III.** despesa extraordinária e/ou urgente: a impossibilidade e a vantagem de não serem submetidas ao processo normal de licitação;
- IV.** interesse público.

TÍTULO VIII DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I DA SOLICITAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 16. A solicitação do adiantamento será realizada pelo Servidor designado, mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, e encaminhado ao Diretor Financeiro e Contábil.

Art. 17. Dos ofícios de solicitação de adiantamento constarão, necessariamente, as seguintes informações:

- I.** dispositivo legal em que se baseia;
- II.** identificação do elemento da despesa no qual ela se classifica, conforme determina o art. 10 desta Instrução Normativa; e
- III.** nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento.

Art. 18. Não se fará adiantamento:

- I.** em caso de atraso na prestação de contas de suprimento;

- II.** ao servidor indiciado em inquérito administrativo;
- III.** em caso de deixar de atender notificação do Controle Interno para regularizar prestação de contas;
- V.** aplicar os recursos em desacordo com a legislação;
- V.** der causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, ou, ainda, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos e antieconômicos.

CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 19. As despesas somente poderão ser efetuadas depois de emitida a nota de empenho, liquidação e ordem de pagamento.

Art. 20. O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa diferente daquela para o qual foi autorizado.

Art. 21. A cada pagamento efetuado o responsável exigirá a correspondente documentação: nota fiscal, nota fiscal simplificada ou recibo, contendo a qualificação do emitente, especificação dos serviços prestados e data de emissão.

Art. 22. As notas fiscais, os cupons fiscais ou os recibos deverão ser emitidos preferencialmente em nome da Câmara Municipal.

Art. 23. Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações que possam melhor explicar a necessidade da operação.

Art. 24. O prazo para aplicação do adiantamento será de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da data da emissão da ordem de pagamento.

Parágrafo único. Nenhum adiantamento poderá ter prazo de aplicação que ultrapasse o exercício financeiro.



Art. 25. Todos os adiantamentos ou saldos destes, não aplicados até o último dia útil do exercício financeiro ou decorridos o prazo de aplicação, o que vier primeiro, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem dos recursos.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 26. O responsável pelo adiantamento prestará conta de sua aplicação no prazo máximo de 60 (sessenta) contados a partir da data de sua liberação ou até o último dia útil do exercício financeiro, o que vier primeiro, mesmo que não tenha expirado o prazo para aplicação do recurso.

Art. 27. Cada cota concedida corresponderá a uma prestação de contas.

Art. 28. A prestação de contas far-se-á mediante processo de prestação de contas que contenha:

- I.** Ofício de encaminhamento dirigido ao Presidente da Câmara;
- II.** Comprovantes de despesas apresentados na ordem cronológica com a devida justificativa;
- III.** Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se houver.

§ 1º Todo o processo deverá ser numerado contendo na relação discriminatória o total de páginas do processo;

§ 2º Os comprovantes de despesa deverão ser fixados nas páginas da prestação de contas de tal forma que seja possível a sua averiguação da frente/verso do documento;

§ 3º Na relação discriminatória deverá constar aprovação da prestação de contas pelo Presidente da Câmara Municipal;

§ 4º Todas as notas anexas deverão ser rubricadas pelo responsável pelo suprimento.

Art. 29. Na hipótese de o somatório das despesas ultrapassarem o montante do adiantamento, o servidor beneficiário deverá anexar ao final do processo de prestação de contas, declaração expressa de desistência de reembolso pela Câmara Municipal de Santa Leopoldina.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. O servidor designado, responsável pelo adiantamento, depois de concluída a prestação de contas nos termos do Capítulo III do Título VII desta Instrução Normativa, deverá encaminhá-la ao Presidente da Câmara Municipal para análise e aprovação.

Parágrafo único. Aprovada a prestação de contas, o Presidente da Câmara dará o deferimento através de despacho que será juntado ao processo.

Art. 31. Após aprovação do Presidente, o responsável pelo protocolo encaminhará o processo de Prestação de Contas ao Diretor Financeiro e Contábil, que após análise e anuência, o encaminhará para o Presidente, que por sua vez, após a aprovação, o remeterá para o arquivamento.

Art. 32. No caso de não anuência da prestação de contas, pelo Diretor Financeiro e Contábil, o Servidor responsável pela utilização do adiantamento deverá enviar a prestação de Contas, em sua integralidade ao Presidente da Câmara Municipal, para que este indique se a recebe/aceita na forma que se encontra, devendo fundamentar a opção escolhida.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Diretor Financeiro e Contábil notificará o Servidor responsável pelo adiantamento, de que não recebe a prestação de contas por não caracterizar hipótese de sua utilização, para que este opte por devolver o valor recebido ou encaminhar justificativa ao Presidente da Câmara Municipal para que a aceite ou rejeite, sendo que, neste último caso, deverá necessariamente devolver o adiantamento.



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 24 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 862 (Extraordinária)

Art. 33 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão analisados pela Unidade de Controle Interno juntamente com o Financeiro e a Presidência.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Instrução Normativa SFI nº 002/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 24 de janeiro de 2024.

NELSON LICHTENHELD
Presidente da Câmara

YARA DEPIANTTI GOBBO SOARES
Chefe da Unidade Central de Controladoria Interna

GABRIELLY SOAVE RIBEIRO
Diretora Financeira e Contábil